

# **REGULAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA**

**Nota:** Os documentos contidos nesta base de dados têm caráter unicamente informativo. Somente os textos publicados no Diário Oficial do Estado possuem validade legal.

## **DECRETO Nº 902 DE 30 DE DEZEMBRO 1991 - (REVOGADO)**

(Publicado no Diário Oficial de 31/12/1991)

Alterado pelos Decretos nºs 1658/92, 3939/94, 5160/96, 8.413/02, 8.868/04, 9.681/05, 9.760/06, 10.346/07, 11.381/08, 12.301/10, 13.733/12, 14.209/12 e 14.216/12.

O Decreto nº 3.412/94, efeitos a partir de 31/08/94, mantém inalterados, por 120 dias, os valores do IPVA vigentes no dia 01/08/94, desde que pagos nos prazos regulamentares e determina que os débitos em atraso e as penalidades expressas em UPF-BA serão convertidos pelo valor da UPF-BA vigente na data do pagamento.

O Decreto nº 3.938/94, efeitos a partir de 01/01/95, mantém inalterados, até 30 de junho de 1995, os valores do IPVA vigentes no mês de janeiro/95, desde que pagos nos prazos regulamentares.

O Decreto nº 4.352/95, efeitos a partir de 05/07/95, prorroga para 31/12/95, o prazo previsto no Decreto nº 3.938/94.

Ver Lei nº 12.583/12, que concede isenção do IPVA em relação às atividades concernentes à Copa das Confederações da FIFA de 2013 e à Copa do Mundo da FIFA de 2014.

Revogado pelo Decreto 14.528/13.

**Aprova o Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA** no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica aprovado o Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, anexo a este Decreto.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 32.785, de 30 de dezembro de 1985, e disposições posteriores que o alteram.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 30 de dezembro de 1991.

**ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**  
Governador

Rodolpho Tourinho Neto

# **REGULAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA**

## **CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA**

**Art. 1º** O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, devido anualmente, tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie.

§ 1º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto em 1º de janeiro de cada exercício.

§ 2º Em se tratando de veículo novo, considera-se ocorrido o fato gerador na data de sua alienação para consumidor final ou quando da incorporação ao ativo por empresa fabricante ou revendedora de veículo.

§ 3º Em se tratando de veículo usado não registrado e não licenciado neste Estado, considera-se ocorrido o fato gerador na data da aquisição, quando não houver comprovação de pagamento do IPVA em outra Unidade da Federação.

§ 4º Em se tratando de veículo de procedência estrangeira, novo ou usado, importado diretamente por consumidor final, considera-se ocorrido o fato gerador na data do desembarço aduaneiro.

§ 5º Entende-se por veículo novo aquele que ainda não foi objeto de uso em suas finalidades precípuas.

**Art. 2º** O imposto será devido no local onde o veículo deva ser registrado e licenciado, inscrito ou matriculado, perante os órgãos competentes.

**Parágrafo único.** Não estando o veículo sujeito a registro e licenciamento, inscrição ou matrícula, o imposto será devido no local de domicílio do seu proprietário.

## **CAPÍTULO II DAS IMUNIDADES E DAS ISENÇÕES**

**Art. 3º** São imunes ao imposto os veículos de propriedade:

**I** - da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

**II** - dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação ou de assistência social, sem fins lucrativos, que:

**a)** não distribuam qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

**b)** apliquem integralmente os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais no país;

**c)** mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;

**III** - os veículos dos templos religiosos de qualquer culto.

**Parágrafo único.** A imunidade prevista neste artigo restringe-se aos veículos relacionados com as finalidades da instituição ou delas decorrentes.

**Art. 4º** São isentos do pagamento do imposto:

**I** - os veículos de Embaixadas, Representações Consulares, bem como de funcionários de carreira diplomática ou de serviço consular, quando façam jus a tratamento diplomático, e desde que os respectivos países de origem adotem reciprocidade de tratamento;

**II** - os veículos não registrados no Estado, de propriedade ou posse de turistas estrangeiros, portadores de “Certificados Internacionais de Circular e Conduzir”, pelo prazo estabelecido nesses certificados, mais nunca superior a 1 (um) ano;

**III** - as máquinas agrícolas e de terraplanagem, desde que não circulem em vias públicas;

**Nota:** A redação atual do inciso III do art. 4º foi dada pelo Decreto nº 9.332, de 14/02/05, DOE de 15/02/05.

**Redação originária:**

*"III - as máquinas agrícolas, desde que não circulem em vias públicas;"*

**IV** - os veículos utilizados no transporte público de passageiros, na categoria de táxi, de propriedade de motoristas profissionais autônomos ou cooperativados;

**V** - o veículo terrestre com potência inferior a 50 (cinquenta) cilindradas e a embarcação com motor de potência inferior a 25 (vinte e cinco) HP;

**Nota:** A redação atual do inciso V do art. 4º foi dada pelo Decreto nº 3.939, de 29/12/94, DOE de 30/12/94, efeitos a partir de 01/01/95.

**Redação original:**

*"V - o veículo com potência inferior a 50 cilindradas;"*

**VI** - os veículos e embarcações de empresas concessionárias, permissionárias ou autorizatárias de serviços públicos de transporte coletivo empregados exclusivamente no transporte urbano e suburbano;

**VII** - os veículos especialmente adaptados para deficientes físicos;

**VIII** - os veículos de pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo Poder Público, Estadual ou Municipal;

**IX** - os veículos utilizados como ambulância e no combate a incêndio, desde que não haja cobrança pelo serviço;

**X** - a embarcação de propriedade de pescador profissional, pessoa física, por ele utilizada na atividade pesqueira.

**XI** - veículos terrestres, nacionais ou estrangeiros, com mais de 15 (quinze) anos de fabricação;

**Nota:** A redação atual do inciso XI do art. 4º foi dada pelo Decreto nº 9.760, de 18/01/06, DOE de 19/01/06, efeitos a partir de 19/01/06.

**Redação anterior dada ao inciso XI tendo sido acrescentado ao art. 4º pelo Decreto nº 5.160, de**

**06/02/96, DOE de 07/02/96, efeitos de 01/01/96 a 18/01/06:**

*"XI - veículos terrestres, nacionais ou estrangeiros, cujos modelos tenham mais de 20 (vinte) anos de fabricação."*

**XII** - a motocicleta ou motoneta utilizada no transporte de passageiro, mercadoria ou encomenda, registrada como veículo da categoria de aluguel e de propriedade de motorista profissional autônomo, desde que:

**Nota:** O inciso XII foi acrescentado ao art. 4º pelo Decreto nº 12.301, de 03/08/10, DOE de 04/08/10, efeitos a partir de 04/08/10.

a) sejam atendidos os requisitos estabelecidos em legislação federal e municipal;

b) a taxa referente ao licenciamento do ano anterior tenha sido paga naquele ano;

c) seja apresentado documento, fornecido pelo órgão do Poder Público concedente, comprobatório da autorização, permissão ou concessão para exploração do serviço de transporte de passageiros, mercadoria ou encomenda nesta categoria.

**Parágrafo único.** As isenções previstas nos incisos IV, VII, X e XII do *caput* deste artigo serão concedidas a um veículo por pessoa física.

**Nota:** A redação atual do parágrafo único do art. 4º foi dada pelo Decreto nº 14.209, de 14/11/12, DOE de 15/11/12, efeitos a partir de 15/11/12.

**Redação anterior dada ao parágrafo único, tendo sido acrescentado ao art. 4º pelo Decreto nº 12.301, de 03/08/10, DOE de 04/08/10, efeitos de 04/08/10 a 14/11/12:**

*"Parágrafo único. A isenção prevista no inciso XII do caput deste artigo será concedida a um veículo por pessoa física."*

**Art. 5º** Compete aos prepostos fiscais lotados na Coordenação Regional de Atendimento Presencial do domicílio do requerente apreciar os pedidos de reconhecimento de imunidade e isenção a quem os interessados deverão dirigir requerimento acompanhado das informações e dos documentos comprobatórios do atendimento das condições estabelecidas para a concessão do benefício pretendido.

**Nota:** A redação atual do "caput" do art. 5º foi dada pelo Decreto nº 14.216, de 26/11/12, DOE de 27/11/12, efeitos a partir de 01/12/12.

**Redação anterior dada ao "caput" do art. 5º pelo Decreto nº 9.681, de 29/11/05, DOE de 30/11/05, efeitos de 30/11/05 a 30/11/12:**

*"Art. 5º Compete ao preposto fiscal, nas Inspetorias Fazendárias, nos Postos de Atendimento ou na Coordenação da Central de Atendimento, apreciar os pedidos de reconhecimento de imunidade e isenção a quem os interessados deverão dirigir requerimento acompanhado das informações e dos documentos comprobatórios do atendimento das condições estabelecidas para a concessão do benefício pretendido."*

**Redação anterior dada ao "caput" do art. 5º pelo Decreto nº 1.658, de 27/10/92, DOE de 28/10/92, efeitos de 28/10/92 a 29/11/05:**

*"Art. 5º Compete ao Delegado Regional da Fazenda apreciar os pedidos de reconhecimento de imunidade e isenção a quem os interessados deverão dirigir requerimento acompanhado das informações e dos documentos comprobatórios do atendimento das condições estabelecidas para a concessão do benefício pretendido."*

**Redação original:**

*"Art 5º Os proprietários dos veículos sujeitos ao gozo de imunidade ou isenção deverão dirigir requerimento ao Delegado Regional da Fazenda, acompanhado das informações e dos documentos comprobatórios do atendimento da condição estabelecida, para o reconhecimento do benefício pretendido."*

**§ 1º** Do indeferimento do pedido de que cuida este artigo caberá recurso voluntário

para o Diretor do Departamento de Administração Tributária.

**Nota:** A redação atual do § 1º do art. 5º foi dada pelo Decreto nº 1.658, de 27/10/92, DOE de 28/10/92.

**Redação original:**

*"§ 1º O ato de reconhecimento de imunidade ou de isenção, de que trata o "caput" deste artigo, é de eficácia imediata, ficando, entretanto, sujeito a posterior revisão da Gerência de Tributação do Departamento de Administração Tributária - GETRI/DAT, da Secretaria da Fazenda."*

§ 2º O ato declaratório de reconhecimento de isenção ou imunidade, utilizado para licenciamento do veículo, obedecerá às seguintes disposições:

**Nota:** A redação atual do § 2º do art. 5º foi dada pelo Decreto nº 5.160, de 06/02/96, DOE de 07/02/96, efeitos a partir de 01/01/96.

**Redação anterior dada ao § 2º do art. 5º pelo Decreto nº 1.658, de 27/10/92, DOE de 28/10/92.**

*"§ 2º Na hipótese de perda da condição que fundamentará a isenção, não incidência ou imunidade, o imposto será devido por duodécimo ou fração que falte para o término do exercício."*

**Redação original:**

*"§ 2º Do indeferimento do pedido de que cuida este artigo caberá recurso voluntário para o Conselho da Fazenda Estadual - CONSEF."*

**I** - será exigido apenas uma vez e terá validade enquanto o veículo permanecer sob a propriedade de quem goze desses benefícios, atendidas as exigibilidades previstas neste regulamento;

**II** - quando for relativo a veículos novos, o documento fiscal de aquisição deverá, obrigatoriamente, estar em nome do beneficiário da isenção ou imunidade;

**III** - quando for relativo a veículos usados, estes deverão estar cadastrados no órgão estadual de trânsito em nome do beneficiário da isenção ou imunidade.

§ 3º Fica dispensada, para o cadastramento ou licenciamento do veículo, a exigência de ato declaratório de reconhecimento de imunidade quando o proprietário do veículo for órgão da administração direta do poder público Federal, Estadual ou Municipal.

**Nota:** A redação atual do § 3º do art. 5º foi dada pelo Decreto nº 5.160, de 06/02/96, DOE de 07/02/96, efeitos a partir de 01/01/96,

**Redação anterior dada ao § 3º do art. 5º pelo Decreto nº 1.658, de 27/10/92, DOE de 28/10/92:**

*"§ 3º Verificado pela Fiscalização ou autoridades responsáveis pelo registro e licenciamento, inscrição ou matrícula do veículo, que o requerente não preenchia, ou deixou de preencher, as condições exigidas para o gozo da imunidade ou isenção, e desde que não tenha havido dolo, fraude ou simulação, o interessado será notificado a recolher o imposto devido, na forma do artigo 15, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, sob pena de sujeitar-se à lavratura de Auto de Infração."*

**Redação original:**

*"§ 3º Na hipótese de perda da condição que fundamentava a isenção, não incidência e imunidade, o imposto será devido por duodécimo ou fração que falte para o término do exercício"*

§ 4º Aplica-se a inexigibilidade do ato declaratório de reconhecimento de isenção quando o veículo terrestre tenha potência inferior a 50 (cinquenta) cilindradas e quando se tratar de embarcação com motor de potência inferior a 25 (vinte e cinco) HP.

**Nota:** O § 4º foi acrescentado ao art. 5º pelo Decreto nº 5.160, de 06/02/96, DOE de 07/02/96, efeitos a partir de 01/01/96.

§ 5º Na hipótese de perda da condição que fundamentará a isenção, não incidência ou

imunidade, o imposto será devido por duodécimo ou fração que falte para o término do exercício.

**Nota:** O § 2º do art. 5º foi renumerado para § 5º pelo Decreto nº 5.160, de 06/02/96, DOE de 07/02/96, efeitos a partir de 01/01/96.

§ 6º Verificado pela Fiscalização ou autoridades responsáveis pelo registro e licenciamento, inscrição ou matrícula do veículo, que o requerente não preenchia, ou deixou de preencher, as condições exigidas para o gozo da imunidade ou isenção, e desde que não tenha havido dolo, fraude ou simulação, o interessado será notificado a recolher o imposto devido, na forma do artigo 15, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, sob pena de sujeitar-se à lavratura de Auto de Infração.

**Nota:** O § 3º do art. 5º foi renumerado para § 6º pelo Decreto nº 5.160, de 06/02/96, DOE de 07/02/96, efeitos a partir de 01/01/96.

### **CAPÍTULO III DOS CONTRIBUINTE E DOS RESPONSÁVEIS**

**Art. 6º** Contribuinte do imposto é o proprietário do veículo.

**Art. 7º** São responsáveis, solidariamente, pelo pagamento do imposto:

**I** - o adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores;

**II** - o titular do domínio e/ou o possuidor a qualquer título;

**III** - o funcionário que autorizar ou efetuar o registro e licenciamento, inscrição ou matrícula de veículo de qualquer espécie, sem a prova de pagamento ou do reconhecimento de isenção, não incidência ou imunidade do imposto.

**Parágrafo único.** A solidariedade prevista neste artigo não comporta benefício de ordem.

### **CAPÍTULO IV DAS ALÍQUOTAS E DA BASE DE CÁLCULO**

**Art. 8º** A alíquota do imposto é de:

**I** - para automóveis e utilitários:

**Nota:** A redação atual do inciso I do *caput* do art. 8º foi dada pelo Decreto nº 8.413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02, efeitos a partir de 01/01/03.

**Redação anterior dada ao inciso I do *caput* art. 8º pelo Decreto nº 3.939, de 29/12/94, DOE de 30/12/94, efeitos de 01/01/95 até 31/12/02:**

*"I - 2% (dois por cento) para automóveis e utilitários nacionais e importados;"*

**Redação original, efeitos até 31/12/94:**

*"I - 2% (dois por cento) para automóveis e utilitários nacionais;"*

**a)** 3,0% (três por cento) quando movidos a óleo diesel;

**b)** 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) quando movidos a outros tipos de combustíveis;

**II** - 1% (um por cento) para ônibus, microônibus, caminhões, tratores, motos e

motonetas, motocicletas e triciclos estrangeiros e nacionais, observado o disposto no § 1º;

**Nota:** A redação atual do inciso II do *caput* do art. 8º foi dada pelo Decreto nº 10.346, de 21/05/07, DOE de 22/05/07, efeitos a partir de 22/05/07.

**Redação anterior dada ao inciso II do *caput* do art. 8º pelo Decreto nº 9.332, de 14/02/05, DOE de 15/02/05, efeitos de 15/02/05 a 21/05/07:**

*"II - 1% (um por cento) para ônibus, microônibus, caminhões, tratores, motos e motonetas, motocicletas e triciclos estrangeiros e nacionais, observado o disposto no parágrafo único;"*

**Redação anterior dada ao inciso II do *caput* do art. 8º pelo Decreto nº 8.413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02, efeitos de 01/01/03 a 14/02/05:**

*"II - 1% (um por cento) para ônibus, microônibus, caminhões, máquinas de terraplenagem, tratores, motos e motonetas, motocicletas e triciclos estrangeiros e nacionais, observado o disposto no § 2º."*

**Redação anterior dada ao inciso II do *caput* do art. 8º pelo Decreto nº 5.160, de 06/02/96, DOE de 07/02/96, efeitos de 01/01/96 até 31/12/02:**

*"II - 1% (um por cento) para ônibus, microônibus, caminhões, máquinas de terraplenagem, tratores, motos e motonetas, motocicletas e triciclos estrangeiros e nacionais;"*

**Redação original, efeitos até 31/12/95:**

*"II - 1% (um por cento) para ônibus, caminhões, máquinas de terraplanagem, tratores, motos e motonetas, motocicletas e triciclos estrangeiros e nacionais;"*

**III - 1,5% (hum e meio por cento) para embarcações e aeronaves.**

**IV - revogado**

**Nota:** O inciso IV do *caput* do art. 8º foi revogado pelo Decreto nº 3.939, de 29/12/94, DOE de 30/12/94, efeitos a partir de 01/01/95.

**Redação original:**

*"IV - 4% (quatro por cento) para automóveis e utilitários importados."*

§ 1º Terão tratamento semelhante aos nacionais os veículos estrangeiros que gozarem de tratamento especial decorrente de acordo internacional, desde que os países signatários concedam reciprocidade.

**Nota:** O parágrafo único do art. 8º foi renumerado para § 1º pelo Decreto nº 8.413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02, efeitos a partir de 01/01/03

§ 2º Aplicar-se-ão as alíquotas previstas para automóveis e utilitários, na hipótese de caminhão com capacidade de carga inferior a 2.000 kg, de acordo com o tipo de combustível utilizado.

**Nota:** A redação atual do § 2º do art. 8º foi dada pelo Decreto nº 8.868, de 05/01/04, DOE de 06/01/04.

**Redação anterior dada ao § 2º, tendo sido acrescentado ao art. 8º pelo Decreto nº 8.413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02, efeitos de 01/01/03 a 06/01/04:**

*"§ 2º Aplicar-se-ão as alíquotas previstas para automóveis e utilitários, na hipótese de caminhão com capacidade de carga inferior 3.500 kg, de acordo com o tipo de combustível utilizado."*

**Art. 9º** A base de cálculo é:

**I** - para veículo novo, o valor venal constante da Nota Fiscal ou do documento que represente a transmissão da propriedade;

**II** - para veículo usado, o valor venal constante em tabela anualmente publicada pela Secretaria da Fazenda com base nos preços médios de mercado, observando-se:



**Nota:** A redação atual da parte inicial do inciso II do art. 9º foi dada pelo Decreto nº 12.301, de 03/08/10, DOE de 04/08/10, efeitos a partir de 04/08/10.

**Redação originária, efeitos até 03/08/10:**

*"II - para veículo usado, o valor venal constante em tabela anualmente elaborada pela Secretaria da Fazenda com base nos preços médios de mercado, observando-se:"*

a) em relação a veículos terrestres: marca, modelo, espécie, potência e ano de fabricação;

**Nota:** A redação atual da alínea "a", do inciso II do art. 9º foi dada pelo Decreto nº 8.413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02, efeitos a partir de 31/12/02

**Redação original, efeitos até 30/12/02:**

*"a) em relação a veículos terrestres: marca, modelo, espécie, potência, ano de fabricação e procedência;"*

b) em relação a embarcações: potência, combustível, comprimento, casco e ano de fabricação;

c) em relação a aeronaves: peso máximo de decolagem e ano de fabricação;

d) revogada

**Nota:** A alínea "d", do inciso II do art. 9º foi revogada pelo Decreto nº 8.413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02, efeitos a partir de 31/12/02.

**Redação anterior dada à alínea "d" do inciso II do art. 9º pelo Decreto nº 5.160, de 06/02/96, DOE de 07/02/96, efeitos de 01/01/96 a 30/12/02:**

*"d) em relação aos veículos terrestres cujos modelos tenham mais de 10 (dez) e até 20 (vinte) anos de fabricação, valores expressos em duas classes a saber, respeitadas suas categorias:*

*1 - classe 1: veículos com 11 (onze) até 15 (quinze) anos de fabricação;*

*2 - classe 2: veículos com 16 até 20 anos de fabricação;"*

**Redação original, efeitos até 31/12/05:**

*"d) em relação aos veículos com mais de 10 (dez) anos de fabricação: valor único, respeitadas suas respectivas categorias."*

§ 1º Para efeito do primeiro lançamento relativo a veículo importado diretamente pelo consumidor final, o valor venal será o constante do documento relativo ao desembaraço aduaneiro acrescido dos tributos e demais gravames devidos.

§ 2º Poderá a Secretaria da Fazenda, a título de uniformização, adotar os valores venais constantes em tabela que venha a ser elaborada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

§ 3º A tabela de que trata o inciso II será publicada até o mês de dezembro para vigorar no exercício seguinte e terá os valores venais expressos em Unidade Padrão Fiscal do Estado da Bahia (UPF-BA) ou em outra unidade de valor que venha a substituí-la, ou ainda conforme dispuser a legislação federal.

**Nota:** A redação atual do § 3º do art. 9º foi dada pelo Decreto nº 5.160, de 06/02/96, DOE de 07/02/96, efeitos a partir de 01/01/96.

**Redação original:**

*"§ 3º A tabela de que trata o inciso II será publicada no mês de dezembro para vigorar no exercício seguinte e terá os valores venais expressos em Unidade Padrão Fiscal do Estado da Bahia, UPF-BA."*

## CAPÍTULO V DA APURAÇÃO E DO PAGAMENTO DO IMPOSTO



**Art. 10.** O IPVA será apurado aplicando-se a alíquota correspondente sobre a base de cálculo estabelecida.

§ 1º Para veículo novo, o imposto será devido proporcionalmente ao número de meses restantes do exercício fiscal, calculado a partir do mês de sua aquisição.

§ 2º Ocorrendo perda total do veículo, por sinistro, roubo, furto ou outro motivo que descaracterize sua propriedade, seu domínio ou sua posse, a base de cálculo corresponderá ao valor proporcional ao número de meses do ano em que o veículo permaneceu na sua propriedade, domínio ou posse, observando-se que, nas ocorrências após o pagamento total, a restituição, a ser efetuada no exercício seguinte à perda, será feita em moeda corrente.

**Nota:** A redação atual do § 2º do art. 10 foi dada pelo Decreto nº 13.733, de 06/03/12, DOE de 07/03/12, efeitos a partir de 07/03/12.

**Redação anterior dada ao § 2º do art. 10 pelo Decreto nº 12.301, de 03/08/10, DOE de 04/08/10, efeitos de 04/08/10 a 06/03/12:**

*"§ 2º Ocorrendo perda total do veículo, por sinistro, roubo, furto ou outro motivo que descaracterize sua propriedade, seu domínio ou sua posse, a base de cálculo corresponderá ao valor proporcional ao número de meses do ano em que o veículo permaneceu na sua propriedade, domínio ou posse, observando-se que, nas ocorrências após o pagamento total, a restituição, a ser efetuada no exercício seguinte à perda, será feita:*

*a) mediante compensação com outros débitos de IPVA devido pelo contribuinte;*

*b) em moeda corrente, quando não for possível a compensação com outros débitos do IPVA devido pelo contribuinte.*

**Redação originária, efeitos até 03/08/10:**

*"§ 2º Ocorrendo perda total do veículo, por sinistro, roubo, furto ou outro motivo que descaracterize sua propriedade, seu domínio ou sua posse, o imposto será calculado por duodécimo ou fração, considerada a data do evento, não cabendo, entretanto, restituição se a perda se der após o recolhimento do imposto."*

§ 3º Na hipótese de novo licenciamento dos veículos enquadrados na situação do parágrafo anterior, a base de cálculo do imposto será a prevista no inciso II do artigo 9º, observada a proporcionalidade no exercício.

**Art. 11.** O imposto deverá ser recolhido nos seguintes prazos:

**Nota:** A redação atual do art. 11 foi dada pelo Decreto nº 11.381, de 19/12/08, DOE de 20 e 21/12/08, efeitos a partir de 20/12/08.

**Redação anterior dada ao inciso I do art. 11 pelo Decreto nº 8.413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02, efeitos de 31/12/02 a 19/12/08:**

*"I - para veículo novo, até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal ou do documento que represente a transmissão da propriedade;"*

**Redação original:**

*"Art. 11. O pagamento do IPVA dar-se-á: (efeitos até 19/12/08)*

*I - para veículo novo, quando do registro inicial; (efeitos até 30/12/02)*

*II - para o veículo usado, nos prazos e na forma estabelecidos em ato do Secretário da Fazenda, respeitados os limites máximos de 3 parcelas e de 20% de desconto para pagamento em cota única. (efeitos até 19/12/08)"*

**I** - no momento da ocorrência das seguintes hipóteses:

a) registro do veículo novo ou que não tenha sido cadastrado no DETRAN;

b) perda ou aquisição do direito de isenção ou de imunidade, calculando-se o imposto devido por duodécimo ou fração de mês não coberto pelo benefício;

c) transferência do veículo para outro Estado ou para outro proprietário, observado o disposto no art. 14;

**II** - tratando-se de veículos usados cadastrados no DETRAN, nos prazos e na forma estabelecidos em ato do Secretário da Fazenda, podendo ser pago em parcelas mensais e sucessivas ou ser concedido desconto de até 20% para recolhimento em cota única.

**Nota:** A redação atual do inciso II do art. 11 foi dada pelo Decreto nº 12.301, de 03/08/10, DOE de 04/08/10, efeitos a partir de 04/08/10.

**Redação anterior dada ao inciso II do art. 11 pelo Decreto nº 11.381, de 19/12/08, DOE de 20 e 21/12/08, efeitos de 20/12/08 a 03/08/10:**

*"II - tratando-se de veículos usados cadastrados no DETRAN, nos prazos e na forma estabelecidos em ato do Secretário da Fazenda, respeitados os limites máximos de 3 parcelas e de 20% de desconto para pagamento em cota única."*

§ 1º Não se exigirá o pagamento do imposto relativo a veículos usados, quando o total devido de cada exercício for inferior a R\$50,00 (cinquenta reais) e desde que a taxa referente ao licenciamento do ano anterior tenha sido paga naquele ano.

**Nota:** O § 1º foi acrescentado ao art. 11 pelo Decreto nº 12.301, de 03/08/10, DOE de 04/08/10, efeitos a partir de 04/08/10.

§ 2º Tratando-se de veículo novo, o pagamento deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal ou do documento que represente a transmissão da propriedade.

**Nota:** O § 2º foi acrescentado ao art. 11º pelo Decreto nº 12.301, de 03/08/10, DOE de 04/08/10, efeitos a partir de 04/08/10.

**Art. 12.** O lançamento do imposto será efetuado através de notificação fiscal emitida pela Secretaria da Fazenda, quando não ocorrer o pagamento nos prazos previstos na legislação.

**Nota:** A redação atual do art. 12 foi dada pelo Decreto nº 8.413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02, efeitos a partir de 31/12/02.

**Redação original, efeitos até 30/12/02:**

*"Art. 12. O lançamento do imposto será efetuado mediante declaração do contribuinte ou notificação fiscal emitida pela Secretaria da Fazenda, podendo o documento que a represente ser expedido conjuntamente com o do licenciamento, registro, inscrição ou matrícula nos órgãos competentes.*

*Parágrafo único. O valor do imposto será recolhido diretamente pelo contribuinte ou responsável à rede bancária autorizada, mediante Documento de Arrecadação Estadual - DAE."*

§ 1º Em relação aos veículos usados, o DETRAN poderá enviar ao sujeito passivo aviso informando o dia do vencimento, bem como o valor do imposto conjuntamente com o do licenciamento, registro, inscrição ou matrícula nos órgãos competentes.

§ 2º O contribuinte poderá efetuar o pagamento do IPVA, por meio eletrônico, na Instituição Financeira credenciada, ou através de Documento de Arrecadação Estadual - DAE, emitido mediante acesso ao endereço eletrônico [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br).

**Nota:** A redação atual do § 2º do art. 12 foi dada pelo Decreto nº 11.381, de 19/12/08, DOE de 20 e 21/12/08, efeitos a partir de 20/12/08.

**Redação anterior dada ao § 2º pelo Decreto nº 8.413, de 30/12/02. DOE de 31/12/02, efeitos de 31/12/02 a 19/12/08:**

*"§ 2º O valor do imposto será recolhido diretamente pelo contribuinte ou responsável à rede bancária autorizada, mediante Documento de Arrecadação Estadual - DAE."*

§ 3º A notificação fiscal aos contribuintes em atraso será publicada no Diário Oficial do Estado em caráter geral, devendo ser indicado o endereço eletrônico onde constará a relação dos sujeitos passivos e os demais requisitos do lançamento tributário

**Nota:** O § 3º foi acrescentado ao art. 12 pelo Decreto nº 9.760, de 18/01/06, DOE de 19/01/06, efeitos a partir de 19/01/06.

§ 4º Os proprietários de veículos terrestres cadastrados no DETRAN poderão obter informações dos valores pagos, dos prazos e do valor a pagar nos call centers do DETRAN e da Secretaria da Fazenda, ou via Internet, nos endereços eletrônicos [www.detrان.ba.gov.br](http://www.detrان.ba.gov.br) e [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br).

**Nota:** O § 4º foi acrescentado ao art. 12 pelo Decreto nº 11.381, de 19/12/08, DOE de 20 e 21/12/08, efeitos a partir de 20/12/08.

**Art. 13.** Nenhum veículo será registrado, inscrito ou matriculado perante as repartições competentes sem a prova do pagamento do imposto ou de que é imune ou isento.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo aplica-se igualmente aos casos de renovação, averbação, cancelamento e a quaisquer outros atos que impliquem alteração no registro, inscrição ou matrícula do veículo.

**Art. 14.** O imposto é vinculado ao veículo, não se exigindo, nos casos de transferência, novo pagamento do imposto já solvido neste Estado ou em outras Unidades da Federação, observado sempre, o respectivo exercício fiscal.

**Parágrafo único.** Na hipótese deste artigo, o comprovante do pagamento do imposto transmite-se ao novo proprietário do veículo para efeito de registro, inscrição, matrícula ou averbação de qualquer alteração desses assentamentos.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS INFRAÇÕES, DAS PENALIDADES E DOS DEMAIS ACRÉSCIMOS**

**Art. 15.** O débito fiscal relativo ao imposto, quando não pago no prazo, sujeitar-se-á aos acréscimos tributários estabelecidos na Lei nº 3.956/81, Código Tributário do Estado da Bahia - COTEB.

**Art. 16.** A violação da legislação vigente sujeita o infrator às seguintes multas:

**Nota:** A redação atual do art. 16 foi dada pelo Decreto nº 12.301, de 03/08/10, DOE de 04/08/10, efeitos a partir de 04/08/10.

**Redação originária, efeitos até 03/08/10:**

*"Art. 16. A violação da legislação vigente sujeita o infrator às seguintes multas:*

*I - 100% (cem por cento) incidente sobre o montante do imposto, nele incluídos, os acréscimos legais, quando o imposto for reclamado através de Auto de Infração;*

*II - 5% (cinco por cento) do valor venal do veículo quando ocorrer fraude, dolo ou simulação no preenchimento de guias de recolhimento e de requerimentos de imunidade ou isenção.*

*Parágrafo único. As multas previstas neste artigo são impostas por exercício, cumulativamente, e serão calculadas sobre o valor do IPVA ou sobre o valor venal do veículo no mês do lançamento de ofício."*

**I - 60%** (sessenta por cento) do valor do imposto, quando a falta do pagamento não decorrer de fraude;

**II - 100%** (cem por cento) do valor do imposto, quando a falta do pagamento decorrer de fraude.

**Art. 17.** As multas previstas no artigo 16 serão reduzidas nos seguintes percentuais:

**Nota:** A redação atual do *caput* do art. 17 foi dada pelo Decreto nº 12.301, de 03/08/10, DOE de 04/08/10, efeitos a partir de 04/08/10.

**Redação originária, efeitos até 03/08/10:**

*"Art. 17. As multas previstas no artigo anterior serão reduzidas nos seguintes percentuais:*

*I - 50% (cinquenta por cento), se for pago dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação da lavratura do Auto de Infração;*

*II - 40% (quarenta por cento), se for pago até antes do julgamento do processo fiscal;*

*III - 30% (trinta por cento) se for pago no prazo de 30 dias contados da ciência da decisão condenatória em processo fiscal;*

*IV - 20% (vinte por cento), se pago antes do ajuizamento da execução do crédito tributário."*

**I - 70%** (setenta por cento), se forem pagas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação do lançamento de ofício;

**II - 35%** (trinta e cinco por cento), se forem pagas antes da inscrição do débito na dívida ativa tributária;

**III - 25%** (vinte e cinco por cento), se forem pagas antes do ajuizamento da execução do crédito tributário.

**§ 1º** Condiciona-se o benefício ao pagamento integral do débito ou, se autorizado o parcelamento, ao pagamento em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas.

**Nota:** A redação atual do § 1º do art. 17 foi dada pelo Decreto nº 12.301, de 03/08/10, DOE de 04/08/10, efeitos a partir de 04/08/10.

**Redação originária, efeitos até 03/08/10:**

*"§ 1º Condiciona-se o benefício ao pagamento, integral e no mesmo ato, do imposto devido."*

**§ 2º** O pagamento efetuado nos termos deste artigo implica renúncia à defesa ou recurso previsto na legislação e desistência aos já interpostos.

## **CAPÍTULO VII DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 18.** Qualquer infração à legislação atinente ao imposto, sujeita o contribuinte à notificação para pagamento ou à lavratura de Auto de Infração.

**Parágrafo único.** A lavratura do Auto de Infração, de que trata este artigo, é de competência privativa dos Auditores Fiscais da Secretaria da Fazenda.

## **CAPÍTULO VIII DAS RECLAMAÇÕES E DOS PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO**

**Art. 19.** As reclamações contra a fiscalização e a arrecadação do IPVA serão dirigidas ao Diretor do Departamento de Administração Tributária - DAT, através da Delegacia Regional da Fazenda da circunscrição do contribuinte.

**Art. 20.** O imposto será restituído, no todo ou em parte, quando houver sido pago a maior ou indevidamente.

**§ 1º** A restituição do tributo, seus acréscimos ou multas, em razão de recolhimento a maior ou indevido, dependerá de requerimento ao Delegado Regional da Fazenda do domicílio fiscal do contribuinte, cabendo ao setor competente o exame prévio dos pedidos e a emissão de

parecer opinativo.

**Nota:** A redação atual do § 1º do art. 20 foi dada pelo Decreto nº 5.160, de 06/02/96, DOE de 07/02/96, efeitos a partir de 01/01/96.

**Redação original:**

*"§ 1º A restituição do tributo, seus acréscimos ou multas, em razão de recolhimento a maior ou indevido, dependerá de petição dirigida ao Diretor do Departamento de Administração Tributária, cabendo ao setor competente o exame prévio dos pedidos e a emissão de parecer opinativo formal."*

§ 2º Os pedidos de restituição do tributo obedecerão às normas dos artigos 86 a 89 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 28.596, de 30 de dezembro de 1981.

**Nota:** A redação atual do § 2º do art. 20 foi dada pelo Decreto nº 5.160, de 06/02/96, DOE de 07/02/96, efeitos a partir de 01/01/96.

**Redação original:**

*"§ 2º Os pedidos de restituição do tributo obedecerão às normas dos artigos 86 e 87 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 28.596, de 30 de dezembro de 1981."*

## **CAPÍTULO IX DA DESTINAÇÃO DO PRODUTO ARRECADADO**

**Art. 21.** Do produto da arrecadação do imposto, incluídos os acréscimos correspondentes, 50% (cinquenta por cento) constituirá receita do Estado e 50% (cinquenta por cento) do município onde estiver licenciado, inscrito ou matriculado o veículo.

**Parágrafo único.** A Secretaria da Fazenda providenciará o estorno da importância indevidamente repassada ao município, em função da repetição do indébito.

## **CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 22.** Aplica-se ao IPVA, no que couber, as disposições da Lei nº 3.956/81, Código Tributário do Estado da Bahia - COTEB, e do Decreto nº 28.596/81, Regulamento do Processo Administrativo Fiscal - RPAF.

**Art. 23.** A Secretaria da Fazenda poderá firmar convênios com órgãos do Ministério da Marinha e da Aeronáutica para efeito de controle e cadastramento das embarcações e aeronaves, visando a tributação dos referidos veículos.